

BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025

Antonio José Costa de Freitas Guimarães
Conselheiro/Presidente do TCMPA

Lúcio Dutra Vale
Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

José Carlos Araújo
Conselheiro/Corregedor do TCMPA

Francisco Sérgio Belich de Souza Leão
Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):

- ↳ José Alexandre da Cunha Pessoa
- ↳ Sérgio Franco Dantas
- ↳ Adriana Cristina Dias Oliveira
- ↳ Márcia Tereza Assis da Costa

CRIAÇÃO

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

MISSÃO

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

VISÃO

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015;
Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA;
Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

CONTATO/DOE do TCMPA

Secretaria Geral/☎ (91) 3210-7813
✉ suporte.doe@tcm.pa.gov.br

ENDEREÇO/TCMPA

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 - Telefone: ☎ (91) 3210-7500 (Geral)

**CÂMARA ESPECIAL DO TCMPA JULGA
DEZENAS DE PROCESSOS EM SUA 4ª SESSÃO**



Sob a presidência do conselheiro Daniel Lavareda, a Câmara Especial de Julgamento (CEJ) do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) realizou, nesta quarta-feira (07), sua 4ª sessão ordinária, com 40 processos em pauta.

Foram julgados processos referentes a concessão de aposentadorias e pensões, fixação de subsídios, portarias de nomeações e medidas cautelares.

Participaram da sessão os conselheiros substitutos Sérgio Dantas, Márcia Costa, Alexandre Cunha e Adriana Oliveira. O Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM-PA) foi representado pelo subprocurador Marcelo Barros.

A sessão contou ainda com a participação de Jorge Cango, secretário Geral, Nayana Rocha, pelo NAP (Núcleo de Atos de Pessoal), e a Diretoria Jurídica.



NESTA EDIÇÃO

DO GABINETE DE CONSELHEIRO

✚	ADMISSIBILIDADE	02
✚	DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	03
SERVIÇOS AUXILIARES – SA		
✚	CONTRATO	04



DO GABINETE DE CONSELHEIRO**ADMISSIBILIDADE****CONS. CEZAR COLARES****DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA
(ART. 571 RITCM/PA)****PROCESSO Nº 1.066001.2022.2.0029****MUNICÍPIO:** SALVATERRA**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL – EXERCÍCIO 2021**ASSUNTO:** DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**DENUNCIANTE:**

- ARLAN BRUCCE ROCHA DE LIMA – COORDENADOR FINANCEIRO SINDSAÚDE SALVATERRA;
- LIZA RAMOS FURTADO – COORDEANDORA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS SINDSAÚDE SALVATERRA.

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**I – RELATÓRIO.**

Tratam os autos de Denúncia formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Pará – Base Sindical de Salvaterra, neste ato representado pelo Coordenador Financeiro, Sr. Arlan Bruce Rocha de Lima e Cordeandora de Relações Trabalhistas, Sra. Liza Ramos Furtado protocolada neste TCMPA por e-mail em 03/02/2023 na qual requer: “que o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, enquanto órgão de controle social, possa intervir de maneira enérgica na situação apresentada (dissolução do Conselho Municipal de Saúde de Salvaterra), adotando, com a extrema urgência que a situação apresenta, providências necessárias para que o Município de Salvaterra possa voltar a ter um CMSS constituído com todas as prerrogativas inerentes ao seu funcionamento e exercício.”

Recebido o processo no gabinete, veio à análise quanto ao juízo de admissibilidade, de acordo com o art. 61 da LC 109/2016.

É o breve relatório.

Belém/PA, em 13 de junho de 2023.

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Relator/TCMPA

Conclusos os autos, passo à análise.

Segundo o art. 60 da LC 109/2016:

Art. 60. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:

I – Referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição;

II – Ser redigida com clareza e objetividade;

III – Conter o nome completo, a qualificação e o endereço do denunciante;

IV – Conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;

V – Indicar as provas que deseja produzir ou indício da existência do fato denunciado.

Parágrafo único. A denúncia apresentada por pessoa jurídica será instruída com prova de sua existência regular e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.

A Denúncia formulada bem como os documentos a ela juntados preenche todos os requisitos exigidos pela lei, e envolve assunto de grande gravidade para o Município, pois dentre os documentos juntados pelo Denunciante consta o Decreto 043/2022 do Gabinete do Prefeito, datado de 30/09/2022 que ao revogar integralmente os Decretos nº 019 e 029 de 2022 por suposto “vício” de legalidade”, na prática, extingue o Conselho Municipal de Saúde, órgão previsto na Lei 8.142/1990 cuja inexistência impacta na ausência de repasse de recursos para “cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios”, conforme previsão do art. 4º, II c/c art. 2º, IV da mesma norma, daí porque

ADMITO A DENÚNCIA.

Determino a publicação da presente decisão no Diário Oficial, nos termos do art. 571 do Regimento Interno do TCMPA, sendo em seguida, após cientificação da Prefeitura Municipal sobre a publicação, encaminhado o processo à 2ª Controladoria para emissão de Relatório Técnico Inicial, seguindo-se com a citação do Denunciado para apresentar defesa, encaminhando a ele não apenas os documentos apresentados, como a Petição Inicial, voltando à 2ª Controladoria após a apresentação ou não da defesa para elaboração do Relatório Técnico Final. É a decisão.

Belém/PA, 13 de junho de 2023.

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Relator/TCMPA

Protocolo: 40635



DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**CONS. CEZAR COLARES****DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Processo nº 049001.2021.1.000

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal - Exercício 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUANÁ

Responsável: EDER AZEVEDO MAGALHÃES (Prefeito Municipal)

Instrução: 2ª Controladoria de Controle Externo

Ministério Público de Contas: MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Relator(a): Conselheiro(a) Sebastião Cezar Leão Colares
Exercício: 2021

Tratam os autos da prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de MUANÁ - PA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Sr. EDER AZEVEDO MAGALHÃES, os quais receberam regular tramitação, com a instrução da 2ª Controladoria de Controle Externo e com a submissão à audiência do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma regimental. Encerrada a instrução processual, os autos seguiram ordinária tramitação a este(a) Relator(a), em 13/06/2023, objetivando a apreciação para fins de relatoria e voto junto ao Colendo Plenário.

É o Relatório do necessário.

O Plenário do TCMPA, tendo em conta os novos contornos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recursos Extraordinários n.º 729.744/MG e 848.826/DF, bem como dos sequenciais desdobramentos judiciais, fixados pelas 1ª e 2ª Turmas, daquela mesma Corte Federal, em interpretação das disposições previstas nos incisos I e II, do art. 70 c/c art. 75, da CF/88, procedeu, oportunamente, com a revisão de seu Regimento Interno (Ato 23), conforme consta do Ato 25, devidamente publicado junto ao DOE/TCMPA de 02/09/2021.

A alteração regimental promovida no âmbito deste TCMPA, por indispensável, atenta ao fato de que as decisões proferidas pela Corte Suprema, em sede de recurso extraordinário e com repercussão geral, possuem observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais, de acordo com o que impõe o art. 927, III, do CPC, e que esse código por sua vez é aplicado subsidiariamente aos processos que tramitam neste órgão de controle externo, em consonância com o art. 750 do RI/TCM-PA.

Deve-se ater, além do que, a ausência de modulação nos efeitos da decisão, de forma que a partir da ocorrência de

seu trânsito em julgado, de pronto deve ser obedecida e adotada pelas Cortes de Contas a que abrange, sob pena de se tornar inócuo o posicionamento adotado pelo Supremo.

Assim, conforme consta do atualizado e vigente Regimento Interno, destacadamente, junto ao art. 1º, inciso I, §§ 1º, 1º-A, 1º-B c/c art. 546, necessária se faz a adequação da apreciação das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal de MUANÁ - PA, de forma que o dever constitucional desta Corte de Contas, estabelecido no art. 31, §1º, da CF/88, seja exercido da forma que impõe o entendimento vinculativo proferido pela Corte Constitucional.

Diante do exposto e, assim, com especial atenção às disposições regimentais vigentes, **decido monocraticamente**, pela juntada dos presentes autos de prestação de contas de gestão da citada Prefeitura Municipal, aos autos da prestação de contas de gestão correlatas (Processo n.º 049001.2021.2.000), objetivando seu processamento e julgamento unificado, na forma do vigente art. 546, do RITCMPA, para subsequente emissão do respectivo parecer prévio, em cumprimento ao que determina o art. 31, §2º c/c art. 71, I e II e 75, da CF/88.

A partir da presente decisão interlocutória, passarão os autos consolidados a tramitar sob o n.º 049001.2021.1.000, nominados, na forma do inciso I, do art. 1º, do RITCMPA, como Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo à Secretaria-Geral do TCMPA, a adoção das medidas necessárias junto ao sistema eletrônico de processos.

Fica cientificado o(a) Sr(a). EDER AZEVEDO MAGALHÃES, Prefeito Municipal de MUANÁ - PA, para o exercício de 2021, desta decisão, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, na forma regimental. Belém, terça-feira, 13 de junho de 2023.

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Relator/TCMPA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: 049001.2021.2.000

Assunto: Prestação de Contas de Gestão

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUANÁ

Responsável: EDER AZEVEDO MAGALHÃES (Prefeito Municipal)

Instrução: 2ª Controladoria de Controle Externo

Ministério Público de Contas: MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Relator(a): Conselheiro(a) Sebastião Cezar Leão Colares



Exercício: 2021

Tratam os autos da prestação de contas de gestão da Prefeitura Municipal de MUANÁ - PA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Sr. EDER AZEVEDO MAGALHÃES, os quais receberam regular tramitação, com a instrução da 2ª Controladoria de Controle Externo e com a submissão à audiência do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma regimental. Encerrada a instrução processual, os autos seguiram ordinária tramitação a este(a) Relator(a), em 13/06/2023, objetivando a apreciação para fins de relatoria e voto junto ao Colendo Plenário.

É o Relatório do necessário.

O Plenário do TCM/PA, tendo em conta os novos contornos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recursos Extraordinários n.º 729.744/MG e 848.826/DF, bem como dos sequenciais desdobramentos judiciais, fixados pelas 1ª e 2ª Turmas, daquela mesma Corte Federal, em interpretação das disposições previstas nos incisos I e II, do art. 70 c/c art. 75, da CF/88, procedeu, oportunamente, com a revisão de seu Regimento Interno (Ato 23), conforme consta do Ato 25, devidamente publicado junto ao DOE/TCMPA de 02/09/2021.

A alteração regimental promovida no âmbito deste TCM/PA, por indispensável, atenta ao fato de que as decisões proferidas pela Corte Suprema, em sede de recurso extraordinário e com repercussão geral, possuem observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais, de acordo com o que impõe o art. 927, III, do CPC, e que esse código por sua vez é aplicado subsidiariamente aos processos que tramitam neste órgão de controle externo, em consonância com o art. 750 do RI/TCM-PA.

Deve-se ater, além do que, a ausência de modulação nos efeitos da decisão, de forma que a partir da ocorrência de seu trânsito em julgado, de pronto deve ser obedecida e adotada pelas Cortes de Contas a que abrange, sob pena de se tornar inócuo o posicionamento adotado pelo Supremo.

Assim, conforme consta do atualizado e vigente Regimento Interno, destacadamente, junto ao art. 1º, inciso I, §§ 1º, 1º-A, 1º-B c/c art. 546, necessária se faz a adequação da apreciação das contas de gestão da Prefeitura Municipal de MUANÁ - PA, de forma que o dever constitucional desta Corte de Contas, estabelecido no art. 31, §1º, da CF/88, seja exercido da forma que impõe o entendimento vinculativo proferido pela Corte Constitucional. Diante do exposto e, assim, com especial atenção às disposições regimentais vigentes, **decido**

monocraticamente, pela juntada dos presentes autos de prestação de contas de gestão da citada Prefeitura Municipal, aos autos da prestação de contas de governo correlatas (Processo n.º 049001.2021.1.000), objetivando seu processamento e julgamento unificado, na forma do vigente art. 546, do RITCM/PA, para subsequente emissão do respectivo parecer prévio, em cumprimento ao que determina o art. 31, §2º c/c art. 71, I e II e 75, da CF/88. A partir da presente decisão interlocutória, passarão os autos consolidados a tramitar sob o n.º 049001.2021.1.000, nominados, na forma do inciso I, do art. 1º, do RITCM/PA, como Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo à Secretaria-Geral do TCM/PA, a adoção das medidas necessárias junto ao sistema eletrônico de processos.

Fica cientificado o(a) Sr(a). EDER AZEVEDO MAGALHÃES, Prefeito Municipal de MUANÁ - PA, para o exercício de 2021, desta decisão, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA, na forma regimental. Belém, terça-feira, 13 de junho de 2023.

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Relator/TCMPA

SERVIÇOS AUXILIARES – SA

CONTRATO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD

CONTRATO Nº.: 015/2023-TCM/PA

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM e a empresa **FLASH MIDIA COMUNICAÇÃO VISUAL**.

OBJETO: Aquisição de materiais impressos de comunicação visual e divulgação, mediante demanda, inclusa a instalação, conforme especificação contida no Termo de Referência e Edital do certame, para atendimento das necessidades do TCM/PA.

DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 174.884,00 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: prazo determinado de 12(doze) meses, começando em 12 de junho de 2023 e encerrando-se em 11 de junho de 2024.



LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 006/2023/TCM, processada sob o nº PA202213578 que originou a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023/TCMPA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03101.01.122.1454.8559, Fonte: 01500000001, Elemento de Despesa: 339039.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Conselheiro ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES – Presidente do TCM/PA.

FORO: Da cidade de Belém, Estado do Pará.

CNPJ DO CONTRATADO: Nº 35.215.241/0001-32.

ENDEREÇO DA CONTRATADA: Avenida Dr. Freitas nº 781, Sacramenta, Belém - PA.

Protocolo: 40631

CONTRATO Nº.: 017/2023-TCM/PA

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM e a empresa **NO PRAGAS CONTROLE AMBIENTAL LTDA -EPP.**

OBJETO: Prestação de serviços de natureza contínua de CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO, englobando: DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO DE AMBIENTES.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

LICITAÇÃO: Lei nº 8.666/93 e alterações (Pregão Eletrônico nº 004/2023 - PA202214179).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03101.01.122.1454.8559 Operacionalização da Gestão Administrativa. Fonte: 01500000001 Elemento da despesa: 339039.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Conselheiro ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES – Presidente do TCM/PA.

FORO: Da cidade de Belém, Estado do Pará.

CNPJ DO CONTRATADO: Nº 05.972.711/0001-41.

ENDEREÇO DA CONTRATADA: Travessa Estrela nº 1678, Bairro: Pedreira, CEP: 66.080-009.

Protocolo: 40632



Ouvidoria
Aqui você tem voz!



Elogios
Sugestões
Solicitações
Reclamações
Notícia de Irregularidade

Calendário de Sessões


- Do Pleno**
 - 01 de junho | 20 de junho
 - 06 de junho | 22 de junho
 - 13 de junho | 27 de junho
 - 15 de junho | 29 de junho
- Da Câmara Especial**
 - 07 de junho

A partir das 09h

YouTube/tcm para


TCMPA





TCMPA

Gestor e gestora, vc sabia que pode parcelar sua multa em até 20x?



Solicite o parcelamento no portal TCMPA, acessando a página da Corregedoria e preenchendo o formulário.

É simples, fácil e seguro!

Mais informações:
✉ corregedoria1@tcm.pa.gov.br ☎ (91) 98447 - 1202



www.tcm.pa.gov.br



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

TCMPA

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE